8 de março e o que as mulheres querem | Isolda Dantas

08/03/2021

As consequências da pandemia do coronavírus escancaram as desigualdades estruturais e históricas no Brasil – de gênero, de raça, de classe e também regionais. As desigualdades sempre estiveram aí, mas se aprofundaram na pandemia de tal maneira que negá-las se assemelha ao negacionismo da ciência que rejeita vacinas e receita medicamentos ineficazes. Por esta razão, neste 8 de março, dia de luta das mulheres, em plena pandemia, mulheres de todo o Brasil gritamos por mais oportunidades, auxílio emergencial, vacina para todos e Fora Bolsonaro!

É unânime o entendimento que o desemprego que se abateu no Brasil como consequência da pandemia atinge homens e mulheres, mas somos nós, mulheres, que mais nos prejudicamos. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que o ano de 2020 fechou com saldo negativo de empregos para mulheres no Rio Grande do Norte. Enquanto 3.194 novos postos de trabalho foram ocupados por homens com a recuperação do emprego formal no momento de reabertura das atividades, as mulheres tiveram 1.425 postos de trabalho fechados no mesmo período.

O Caged retrata apenas o cenário do emprego formal; no trabalho informal, os danos são ainda maiores. Segundo o IBGE, 8,5 milhões de mulheres deixaram a força de trabalho no período de um ano no Brasil, entre os terceiros trimestres de 2019 e 2020. Mais da metade da força de trabalho feminina do país está desempregada. Entre os homens, a cifra é oposta: 65,7% estão empregados.

Para compreender por que as diferenças aumentaram na pandemia, basta lembrar do papel atribuído historicamente às mulheres pela estrutura patriarcal da nossa civilização. As mulheres são vistas como responsáveis pelas tarefas domésticas e ao cuidado dos filhos. Com o fechamento das escolas em 2020 e a aparição do trabalho remoto em muitos lares, esse trabalho cresceu. Em 2019, a média de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e afazeres domésticos no Rio Grande do Norte foi de 21,5 horas entre as mulheres. Entre os homens, a dedicação cai para 9,5 horas. O que isso quer dizer, além dos números? Que, no lar, as mulheres já trabalhavam mais que o dobro dos homens.

A enorme diferença colocou o Rio Grande do Norte como quarto Estado do país com a maior desigualdade de horas dedicadas ao lar, segundo as estatísticas do IBGE. Somente a Paraíba, Sergipe e Minas Gerais têm diferenças maiores.

Uma pesquisa da Sempreviva Organização Feminista (SOF) realizada em julho do ano passado indica a piora da situação nacional relacionada às horas dedicadas a trabalhos domésticos. Metade das entrevistadas afirmaram que passaram a cuidar de alguém em casa; 40% disse que o sustento dos lares ficou mais difícil. O dano é maior entre as mulheres pobres e negras, que ocupam postos de trabalho mais precários – novamente, consequência de desigualdades profundas e antigas do nosso país – e, muitas vezes, precisam se dividir entre bicos, casas de famílias (no caso das empregadas domésticas) e o próprio lar.

No ano passado, o auxílio-emergencial concedido às famílias conferiu um alívio durante os meses mais duros da pandemia. Em muitos casos, o auxílio facilitou a permanência em casa – importante, diga-se, diante da situação delicada da pandemia no Brasil neste março de 2021 – aliviou aquelas que perderam o emprego. Mas em dezembro o benefício chegou ao fim, num duro golpe do governo federal que insere uma agenda

violenta contra a população, e milhares de brasileiras se viram na pobreza extrema.

O governo federal sinaliza o retorno do auxílio-emergencial, atrelada a uma PEC em tramitação no Congresso Nacional, mas em um valor em média, de R$ 250. Inaceitável, diante do aumento do preço da Cesta Básica registrado no ano passado. Sem emprego e sem auxílio, a tendência é as mulheres recorrerem ao trabalho informal, sem garantias e sob o risco de serem infectadas.

A desigualdade de gênero dificulta o retorno das mulheres ao mercado de trabalho, por mais que haja uma recuperação do emprego. Basta relembrar os dados do Caged citados anteriormente. O ano fechou positivo para homens; negativo para mulheres.

Precisamos de políticas públicas que considerem as desigualdades de gênero, raça, de classe e regionais para a recuperação plena do emprego, para a construção de uma sociedade que avance nesta pauta e não que retroceda a cenários piores do que vivíamos antes da pandemia. O governo federal não parece interessado numa política nacional. É preciso uma atuação árdua e incansável para reverter essa situação.

Só na auto organização e solidariedade feminista somos capazes de enfrentar e resistir. Por isso, como deputada estadual fazemos coro junto às mulheres de todo o Brasil. Junto dos movimentos sociais e feministas, dos sindicatos e de todas as trabalhadoras lutamos para reverter esse processo. Neste 8 de março e todos os dias, pela vida das mulheres: mais oportunidades de construir autonomia! Auxílio Emergencial, já! Vacina para todos e todas! E Fora Bolsonaro!

- ***Isolda Dantas*** é deputada estadual do PT-RN



Compartilhe nas redes: